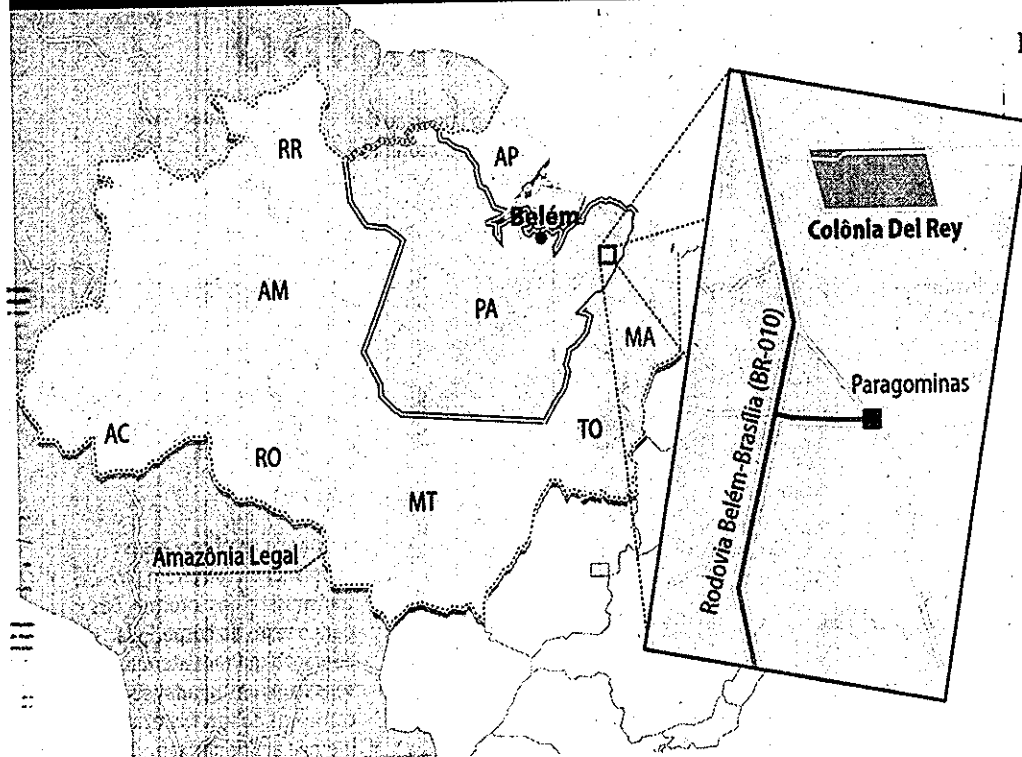


AMBIENTE *Agricultores da Colônia Del Rey, no Pará, criam regulamento para prevenir os prejuízos com fogo*

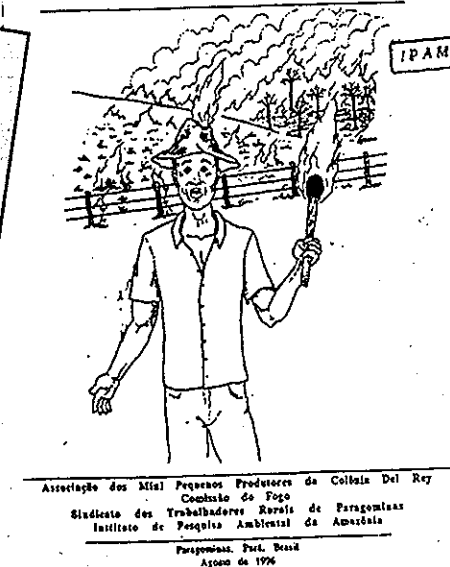
Norma comunitária controla queimadas

Editoria de Arte/Folha Imagem

Saiba onde fica a Colônia Del Rey



Regulamento de Queimadas na Colônia Del Rey



Associação dos Mil Pequenos Produtores da Colônia Del Rey
 Comissão do Fogo
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas
 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
 Paragominas, Pará, Brasil
 Agosto de 1996

Fac-símile de capa de folheto contendo regras para queimadas

MARCELO LEITE
 enviado especial a Belém

Muitos problemas de populações da Amazônia podem começar a ser resolvidos com a distribuição de informações simples. Quem quiser se convencer disso deve informar-se sobre a experiência de controle comunitário de queimadas desenvolvida na Colônia Del Rey, perto da cidade de Paragominas, no Pará.

O retângulo de terras na estrada da Maritaca, a 13 quilômetros da rodovia Belém-Brasília (BR-010), contém 104 propriedades. Dessas, 50 pegaram fogo acidentalmente em 97, durante a seca do último El Niño. A maioria dos donos dessas terras (46%) são agricultores que migraram do Nordeste, fugindo de outras secas.

O fato de metade das propriedades terem sofrido com o fogo acidental pode ser considerado positivo. No El Niño anterior, em 92, foi muito pior. Em agosto de 96, surgiu o "Regulamento de Queimadas da Colônia Del Rey".

Na falta de uma lei aplicável e aplicada localmente, os agricultores arranjaram uma por conta própria. Contaram com um empurrão da organização não-governamental Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, com sede em Belém. Presente em Paragominas desde 94, o Ipam faz parte de um novo tipo de ONG, mais voltada para a pesquisa de nível internacional do que para a militância ambiental.

Hoje existe uma Comissão de Fogo, com seis membros, que divulga o regulamento e fiscaliza sua aplicação. São regras simples, como o uso de aceiros (faixa roçada para evitar a propagação do fogo além do desejado) e do contra-fogo (que se acende primeiro, na direção contrária à do vento).

Os oito pesquisadores do Ipam quase nada inventaram. Começaram com um levantamento das medidas de prevenção que já

eram praticadas pelos agricultores. Concluíram que o repertório era grande, mas também que poucos deles recorriam a todas as técnicas de controle disponíveis.

"Quanto menos (informações vindas de fora) agregarmos, mais fácil de a técnica ser adotada. Evitamos chegar com um pacote feito, com muita tecnologia diferente da realidade", conta Ricardo Melo, 34, agrônomo do Ipam.

Teve início então um processo de discussão na comunidade. Havia dúvidas sobre a utilidade das medidas, que exigem trabalho pesado, como na abertura dos aceiros. Muitos preferiam correr o risco da queimada descontrolada.

Quando o fogo salta para áreas que não deveriam queimar, os prejuízos são grandes. Podem alcançar tanto quem começou o fogo como vizinhos. Perdem-se cercas, árvores frutíferas, madeira.

Havia também a dificuldade adicional que os economistas chamam de problema do carona ("free-rider problem"): não vale a pena fazer o investimento se o vizinho também não fizer. Quem decide cruzar os braços ainda assim se beneficia com a prevenção providenciada pelos proprietários ao seu redor.

Uma das primeiras regras criadas foi a obrigatoriedade de combinar com vizinhos a data da queimada e a melhor forma de controlá-la. Multas por descumprimento podem incluir a doação de 2.000 mourões, como já aconteceu em Del Rey.

A grande contribuição do Ipam foi convencer os moradores de Del Rey da importância de derrubar os paus-secos (árvores mortas no meio do campo ou pasto), que podem servir como pontes de fogo sobre os aceiros. Com receio de que os galhos lhes caíssem sobre a cabeça, os agricultores se justificavam dizendo que o corte estragaria as motosserras.

Os cientistas do Ipam tiveram de mostrar que não era verdade.

Ação simples triplica produtividade

do enviado especial a Belém

Os pesquisadores do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) já desistiram do receituário tradicional para a agricultura na Amazônia: erradicação do fogo e mecanização. Com iniciativas bem menos drásticas e dispendiosas, estão alcançando grandes ganhos de produtividade com milho e arroz.

No primeiro caso, a introdução da variedade na BR-106 e de algumas técnicas de plantio permitiu a colheita de até 1.722 quilos por hectare (kg/ha). O arroz foi de 989 kg/ha para 3.140 kg/ha. Usam-se apenas dois terços do adubo recomendado pela Embrapa.

Esses resultados foram obtidos

na comunidade de Nazaré, região do rio Capim, perto de Paragominas (leste do Pará). São 75 famílias, que ocupam 5.000 ha (cada hectare tem 10 mil metros quadrados, mais ou menos um campo de futebol oficial) desde 1950. O Ipam chegou lá no final de 1995.

A premissa dos oito cientistas e técnicos envolvidos no Programa Floresta e Comunidades foi que não se elimina facilmente a queimada da agricultura amazônica. Na falta de crédito e outros recursos, ela é o único meio de que agricultores descapitalizados dispõem para controlar pragas.

Em lugar de proibir o fogo e extração de madeira, ou de prescrever uso de máquinas para as quais não há capital, a ONG propõe um

manejo integrado dos recursos. Nesse sistema, contribuem para a renda e a subsistência da família tanto o roçado quanto o quintal (espécies arbóreas plantadas, em geral frutíferas), o pasto, o rio e a própria floresta.

"Na nossa abordagem, a estabilidade depende do equilíbrio entre floresta, agricultura, extrativismo e pasto", diz Cássio Alves Pereira, 37, agrônomo que coordena o Programa Floresta e Comunidade.

Da mata, além de resinas e óleos, pode-se obter alguma renda com a madeira, por exemplo. Sem outras fontes de rendimento, porém, o agricultor acaba vendendo as árvores em pé para madeireiros, por R\$ 10 a unidade.

Com o dinheiro apurado, pode comprar mais terras. Essa é a saída tradicional para o inevitável esgotamento da fertilidade do solo, que nem as queimadas resolvem depois de poucos anos.

Para aumentar a renda com a madeira, a ONG ensina os agricultores a estimar com maior precisão o volume contido nas árvores. É o que se chama de cubagem, procedimento em que o agricultor costuma sair prejudicado por falta de conhecimento técnico.

A floresta costuma também representar pelo menos um quinto da ração básica de proteínas de uma família típica, com 9 kg de caça por mês. Foi o que apontou pesquisa da norte-americana Margaret Cymerys. (ML)